

Jornal de



31 DE AGOSTO DE 1983 - ANO I - N.º 12



PORTE PAGO

CASTANHEIRA DE PÊRA

MENSÁRIO REGIONALISTA INDEPENDENTE

FREGUESIAS
CASTANHEIRA DE PÊRA
E COENTRAL

Director: **HERLÂNDER MACHADO**
Administrador: **BELARMINO H. CORREIA**

Director-adjunto: **ANTÓNIO JOSÉ DE MATOS**
Chefe de Redacção: **NIQUELINO FERNANDES**

Administração e Redacção: Valinho - Castanheira de Pêra

CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PÊRA - CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PÊRA - CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PÊRA - CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PÊRA

EDITORIAL

DEMOCRACIA E DEMAGOGIA

Numa época em que tanto se fala em corrupção, há crescente necessidade de se atentar também na DEMAGOGIA, essa forma corrupta de intervenção política, conducente à manipulação das massas populares, para que um grupo, ou só indivíduo, ascendam à suprema autoridade do Estado. Corrupção da Democracia, a DEMAGOGIA é, assim, a via para a tirania e para o despotismo.

Para satisfação das suas próprias ambições, ou para as de um grupo em que se integra, o demagogo adorna-se com a quência para conduzir o povo e serve-se sistematicamente dos conceitos mais aliciantes - como *Liberdade, Igualdade e Democracia* - para se alondorar ao Poder Político.

Por estratégia, estimula instintos materialistas, toma posições falaciosas, manipuladoras da opinião pública, actua sempre com aparências democráticas. Mas a História bem demonstra que desta preversão da Democracia resulta, por vezes, uma passagem da Democracia para a Tirania e para a anarquia.

Já, no século IV antes de Cristo, Aristóteles apontava os riscos da DEMAGOGIA.

Abuso da Democracia, a DEMAGOGIA é, assim, uma substituição excessiva dos políticos ao propósito de agradar, por qualquer meio, às massas populares.

Promessas inviáveis, jogo com as emoções colectivas e atentamento às multidões para o exercício da tirania são, dependentemente duma doutrina, alguns dos processos demagógicos.

A DEMAGOGIA é, afinal, uma concepção pervertida, corrupta, da Democracia.

A DEMOCRACIA é uma situação política caracterizada pelo exercício da soberania do Povo através dos seus legítimos representantes. O sufrágio, isto é, o exercício do direito de voto, indica os representantes eleitos do Povo.

É evidente que o próprio conceito de Povo não deverá ser tomado, em DEMOCRACIA autêntica, como uma das partes sociais que constituem a população de um Estado,

Cont. na pág. 2

GOTA—A—GOTA

1 - Optar pelos humildes é acto cristão. Contrasta com as atitudes daqueles que querem servir, em simultâneo, dois senhores, agradar a Gregos e a Troianos, estar bem com Deus e com o Diabo.

Optar pelos humildes é defender o Homem pleno, de corpo e alma, de carne e espírito, muito para além das carências materiais. É, em suma, amar o próximo, condenar-lhe os excessos, sublimar-lhe as tendências, em persuasão, em ajuda, em esclarecimento imparcial.

Servir os humildes implica ausência de preconceitos tendenciosos e de posições associáveis a fanatismos ou a demagogias.

Optar pelos humildes é ter também a humildade de não pensar que isso possa dar no goto a muito boa gente.

Mas há quem não pense assim... Feitios!

2 - É bom verificar que, em Democracia, não se toma por inimigo quem é apenas adversário. Assim, será possível um diálogo.

Todavia, a experiência ensina que essa dialéctica ganha, por vezes, matizes de um diálogo de surdos, isto é, de uma discussão em que apenas se considera a tese e a antítese, sem se admitir uma fusão dos seus pontos essenciais numa terceira concepção, a que os filósofos - como Hegel - chamaram síntese.

Nem sempre é fácil este caminho tanto mais que há vezes ao ser-

viço de novos senhores. E estas, porque gostam de se ouvir a si próprias, pouco consideram outras vozes... Limitam-se a acrescentar ao seu discurso que quem se lhes opõe está ao serviço dos antigos senhores. Feitios!

3 - Nunca provámos vodka. Gostamos de whisky. Apreciamos a regional aguardente morangueira. Pouco saboreamos o Tinto. Agradamos mais o paladar do Branco. Poderá não ser, mas parece-nos mais límpido, mais puro.

Gostos!

4 - Que cor terá a Verdade? A sua silhueta é bela, bem torneada, quase erótica mas sempre digna... O vermelho dar-lhe-á, talvez, um realce sensual...

O branco envolve-a de Pureza, de marmórea frieza. Torna-a quase fantasmagórica!

Será - como escreveu o Poeta - pálida, loura, muito loura, e fria? Não sabemos! Mas sentimos a sua sedução.

E imaginamos a Verdade, nua e crua, numa cor de carne, isto é, humana, capaz do Amor... com sentidos... com força espiritual.

Falámos da cor... E a essência da Verdade? Procurou-a Santo Agostinho... Também o fez São Tomás de Aquino... Dizem que também Karl Marx...

- Mas esse não foi santo!

Pedro Livre

FOI UM FRACASSO O ENCONTRO DO GOVERNO COM OS REPRESENTANTES DA IMPRENSA REGIONAL

(Ver pág.s centrais)



NUNO BERMUDES

(ILUSTRAÇÃO DE JOSÉ PÁDUA)



balada para dois olhares

Atrás de um pequenino e belo e sorridente rosto, parte de um rosto de mulher se esconde. Os olhos do menino dizem: - O mundo inteiro é meu, vou percorrê-lo! Mas os da mãe perguntam: - Até onde?

perspectivas

FÉ CRISTÃ E DIMENSÃO COMUNITÁRIA

É sabido que, nalguns meios tradicionalmente cristãos, há uma certa tendência para o individualismo ou, talvez melhor, uma certa sobrevivência do individualismo. Es-

gioso como o teve no económico, no filosófico, ou no político, para não referir outros. A posição individualista leva então os que a perfilham atitudes que, parecendo ter

Trata-se, em geral, de pessoas bem intencionadas e muitas vezes rectas, preocupadas com cumprir os deveres religiosos que lhes inculcaram na catequese, quando crianças, mas muitas vezes também, estas pessoas estão bastante fechadas aos outros, numa atitude de indiferença que, não sendo intencionalmente cultivada, não deixa de ser resultado, em boa medida, dum viver mais fruto da inércia adquirida, que

uma reflexão coerente e esclarecida.

Este género de cristãos estão assim mais próximos do sacerdote e do levita da parábola, do que o samaritano que socorre o que jazia, meio morto, espancado pelos ladrões. São cristãos comodistas que não querem e temem ser interpelados, cristãos que fizeram um cristianismo à sua medida, sem se preocuparem se

Conclui na pág. 2

ANTÓNIO MATOS

te individualismo pode ter várias explicações, desde o egoísmo congénito de todo o ser humano, até à mentalização de tipo liberal que teve a sua expressão também no plano reli-

gioso muito de cristão, no fundo, e bem vistas as coisas, estão longe de ser o que parecem, mesmo quando a aparência radica numa "prática" cristã de tipo tradicional e só tradicional.

PAGAMENTO DE ASSINATURAS

PUBLICADOS 12 NÚMEROS PEDIMOS AOS NOSSOS ASSINANTES QUE LIQUIDEM AS SUAS ASSINATURAS

VER PÁGINA 2

Jornal de **CASTANHEIRA DE PÊRA** É, EFECTIVAMENTE UM JORNAL CASTANHEIRENSES

ASSINATURAS ANUAIS PORTUGAL 250\$00 ESTRANGEIRO 500\$00

perspectivas

Fé Cristã e Dimensão Comunitária

(Conclusão da 1.ª Pág.)

está ou não está certo, isto é, se estão a ser ou não fiéis a Cristo. São cristãos para quem tudo está certo desde que não os afecte no seu comodismo, que não bula com os seus costumes e tradições — quase sempre entendidos em sentido estático ou retrógrado — e não implique um esforço de reflexão e actualização.

São pessoas aparentemente satisfeitas com o que fazem e dizem e pensam — embora pensem pouco — que não sentem a mínima necessidade de progresso, de compromisso comunitário, de qualquer acção em comum. Tudo isto até as incomoda, talvez porque lhes faça lembrar que o mundo é algo mais que os reduzidos limites que a si mesmas se impuseram e lhes faça sentir a necessidade de fazer alguma coisa em prol dos mais carecidos — em qualquer aspecto da existência — necessidade logo abafada por mil pretextos nascidos dum egoísmo quase feroz, mas quase sempre muito bem disfarçado.

Cristãos destes acabam por dar um acentuado contra-testemunho, que só não é maior por não destoar

muito do ambiente onde vivem, e em nada ajudam ao dinamismo e avanço do Reino de Deus. Em vez de testemunhas, são obstáculos; travam, não impulsionam; arrefecem, não entusiasma. Em vez de compreenderem a atitude devotada e generosa da mulher pecadora ungi-do os pés de Cristo, perguntam, cinicamente como Judas, para que este desperdício?

E, no entanto, lá está o Senhor afirmando que tudo quanto foi feito ao socialmente mais desprezível foi a Ele que se fez, ou o apóstolo Tiago lembrando que a fé sem obras é morta, ou ainda o apóstolo João afirmando, com toda a clareza e sem papas na língua, que a verdadeira religião passa pelo homem pois, se alguém diz que ama a Deus não vê e não ama o irmão que vê, é mentiroso.

Daí que não possa haver também uma adequada vivência da fé cristã sem uma efectiva inserção numa comunidade, que é o ambiente natural onde a fé se recebe, se vive, se reflecte e reforça, se exprime e se partilha. E onde é ainda comu-nemente sentida e repartida a sua responsabilidade.

DEMOCRACIA E DEMAGOGIA

(Conclusão da 1.ª Pág.)

mas, sim, como o todo de uma Nação. Há confusões advindas de outros tempos e que dividiam o Estado em três classes — Clero, Nobreza e Povo — tomando o terceiro estado, ou plebe (à maneira dos romanos) como a «arraia miúda» (de que falava o cronista Fernão Lopes) ou o Povo. Mas tal concepção está, felizmente, ultrapassada há muito tempo. Hoje, a Nação é um conceito vasto que abrange todos os cidadãos do Estado, independentemente de quaisquer extrac-tos sociais caracterizados por afinidades políticas, económi-cas, laborais, etc.

Em DEMOCRACIA não há privilégios associáveis ao nas-cimento, à riqueza, à função pública... Há, sim, igualdade de direitos e de obrigações. A Lei é igual para todos.

Nota-se, na moderna DEMOCRACIA, uma influência deci-siva do Cristianismo, pois se, nesta Religião, todos os ho-mens são iguais perante Deus, também, nos princípios so-ciais democráticos, reside uma doutrina de igualdade essen-cial dos homens.

A soberania popular exerce-se, directamente, na DEMO-CRACIA autêntica — que é pluralista — através do estabele-cimento de Assembleias, ou, indirectamente, pela eleição de representantes do Povo, escolhidos periodicamente por meio dos sufrágios.

Livremente, os cidadãos escolhem as alternativas propos-

tas pelos diferentes partidos, sendo este o verdadeiro m-todo democrático.

Por isso, nem o Fascismo, nem o Comunismo — com seus partidos únicos, fechados a opiniões diversas, usand-embora, a palavra DEMOCRACIA, adjectivada de orgânic-de popular, de corporativa ou de coisas quejandas — pod-rão, em verdade, harmonizar-se com os ideais da DEMO-CRACIA autêntica. Isso nunca deixará de ser uma adulter-ção do sentido democrático.

Assim a DEMOCRACIA será um método de governo, i-sente na discussão livre das alternativas partidárias, propo-tas periodicamente. E, para o bom funcionamento do sis-ma democrático, há evidente necessidade de esclarecimen-e de nível cívico dos cidadãos.

De igual modo, a luta entre os partidos não deverá ir-excesso de menosprezar os superiores interesses naciona-em favor das conveniências partidárias.

Os debates eleitorais e parlamentares e a demais activi-de exercida pelos partidos não poderá perder de vista os i-teresses da Nação, sob pena de a própria DEMOCRACIA a ser destruída com a instituição de um regime de parti-único.

A DEMAGOGIA é, em suma, um perigo para a DEMO-CRACIA.

H. M.

AS GRALHAS

Não, não vamos aludir, nestas colunas, às aves corvídeas que — simpáticas ou não — são conheci-das por este nome e têm fama de fatídicas, pelo menos, para os nego-ciantes.

Queremos, sim, falar das tão antipáticas gralhas da Imprensa — causadoras de muitas arrelias e até de questões azedas.

É facto que os erros tipográ-ficos acontecem com relativa fre-quência e que são reflexo das con-tigências humanas. São, afinal, um dos riscos de quem trabalha na co-mposição dos jornais, das revistas e dos livros.

Forçosamente apressada, a revi-são das provas tipográficas e da ma-quetagem deixa "passar", por vezes erros deploráveis.

Bem sabe o leitor que isso acon-tece entre os jornais de primeira grandeza, onde não faltam profiss-ionais competentes e zelosos e se dispõem de sofisticados recursos té-cnicos.

Composto e impresso com a ce-leridade requerida pelas circunstân-cias, também o JORNAL DE CAS-TANHEIRA DE PÊRA tem apre-

sentado, desde o seu primeiro nú-mero, algumas gralhas arreliaadoras.

Presumimos que o leitor bem se recordará de alguns erros registá-dos. Um dos mais graves deu-se no n.º 4, com a troca das legendas das gravuras respeitantes à "Casa do Ne-veiro Julião Pereira de Castro, edi-ficada em 1755", ao "Edifício do Lar dos Idosos" e à "Casa da Crian-ça".

E se há outros erros que apenas colidem com as regras ortográfi-

cas, não alterando o sentido dos textos (ainda assim lastimáveis por lançarem a confusão junto dos mes-mos letrados ou por suscitarem as justas críticas dos mais instruídos) também há "gralhas" muito graves que distorcem o significado de uma expressão, de todo um parágrafo ou até de um artigo jornalístico completo.

Face a estas considerações, cha-

mamos a atenção dos nossos l-tores para as RECTIFICAÇÕ-que, relativamente ao n.º 11, JORNAL DE CASTANHEIRA PÊRA, distribuímos pelas pági-deste número 12.

Queremos, entretanto, ren-homenagem a quantos trabalhã-NOVELGRÁFICA, Lda., de Vis-pelo esforço e competência -vêm afirmando nas difíceis c-dições em que, à distância, c-dificuldades várias impostas p-dificuldades de comunicação, c-colaborado connosco.

RECTIFICAÇÃO

No último número, publicámos o calendário das FESTAS DO CON-CELHO e, lamentavelmente houve erro na indicação das figuras re-ligiosas padroeiras. Rectifica-se, co-mo segue:

JULHO, 3 — Santa Luzia — GES-TOSA.

SETEMBRO, 11 — Nossa Senho-ra do Bom Sucesso e S. Nicolau, no TROVISCAL.

SETEMBRO, 18 — Nossa Senho-ra do Bom Sucesso, na MOITA.

LEITARIA CASTANHEIRENSE, L.^{DA}

CAFÉ-CHÁ-CHOCOLATE-CERVEJA AO COPO

Com estabelecimento de:
MERCEARIAS-FAZENDAS-LOUÇAS-VIDROS

Telef. 44361
3280 CASTANHEIRA DE PÊRA



FRINEVE

ELECTRODOMÉSTICOS

MÓVEIS · DISCOS · GÁS MOBI

LOJAS

1	2
R. CONDE DE REDONDO, 62 TEL. 56 11 47 (4 Linhas) 1100 LISBOA	PRAÇA DO AREIRO, 6 TELS. 88 33 11 - 80 39 34 1000 LISBOA
3	Centro Técnico
RUA ALMEIDA E SOUSA, 32 TELS. 65 62 71 - 65 64 96 1300 LISBOA	R. CONDE REDONDO, 76-A TELS. 55 65 64 - 57 43 24 1100 LISBOA

JORNAL DE CASTANHEIRA DE PÊRA

Mensário Regionalista Independente

Publica-se no último dia de cada mês

Sede, Redacção e Administração
VALINHO
APARTADO 13
3280 CASTANHEIRA DE PÊRA

Director — Herlânder Machado
Director-Adjunto — António José de Matos
Chefe de Redacção — Niquelino Fernandes
Sub-Chefe de Redacção — Ama-deu de Almeida Joaquim
Administrador — Belarmino Henriques Correia
Chefe de Publicidade — Jorge Pimentel Ladeira

Propriedade — Herlânder Alves Machado

Composição e Impressão:
NOVELGRÁFICA, LDA
Rua Capitão Salomão
Telef. 25299 — 3500 VISEU

Colaboradores:
António Alvos
António de Jesus Ramos
Gualter Alves dos Santos
Joaquim Cardoso Duarte
José Manuel Bernardo
José Manuel Machado Fernandes
Manuel José Nogueira da Costa
Manuel Simões Coelho (Castelo)
Zilda Candeias Varandas

Jornal de Castanheira de Pêra conta também com a colabora-ção especial do escritor Nuno Bermudes e dos Artistas Plás-ticos:
Estanislau Inocêncio
Fernando Camarinha
João Climaco Soares de Abreu
José Pádua

Correspondentes:

Camelo — Jorge das Neves Bernardo
Carregal — Albino Nunes
Coentral — José Alves Barata
Fontão — Porfírio Cepas
Gestosa Cimeira — Aníbal Tavares
Moita — Rui Santos
Palheira — Adelino Marques
Pêra — Pompílio Antunes
Sapateira — Gualter Fernandes
Sarzedas — Arlindo Silva
Troviscal — Isaltio Conceição
Vilar — Aires Henriques Estevão

DELEGAÇÃO EM LISBOA
R. Palma 163 1 Esq.
1100 LISBOA

LEIA O JORNAL DA SUA TERRA

VENDE-SE
— EM CASTANHEIRA DE PÊRA
NO RESTAURANTE CHOPP-AVENIDA
— NO COENTRAL GRANDE NO BOTEQUIM DOS NEVEIROS

RECTIFICAÇÃO

Na entrevista com o Indu-Manuel Correia de Oliveira, p-cada no nosso último número ram algumas lastimáveis grã-Contando com a indulgência-nossos leitores apenas rectifi-mos uma das perguntas formu-nessa entrevista, salientando-em vez de DESUNIÃO, saiu D-SÃO.

A expressão correcta era-guinte:
PARECE-LHE QUE EM T-ISTO OS INDUSTRIAIS, ES-SOLIDÁRIOS SENDO, COM-QUASE PROVERBIAL A-DESUNIÃO?

BAPTIZADOS

CARREGAL FUNDEIRO

LUIÍS MIGUEL SANTOS NUNES, filho de José Manuel Alves Nunes dos Santos e de Maria Filomena Henriques Marques dos Santos Nunes.

Foram padrinhos o Sr. Ernesto Manuel Alves Nunes e a menina Maria Odete Henriques Fernandes.

HUGO MIGUEL RODRIGUES SIMÕES, filho de Augusto Dinis Simões e de Alda Maria Rodrigues Simões.

Foram padrinhos o Sr. Ernesto Pires e D. Maria Fernanda Dinis Simões.

GESTOSA FUNDEIRO

PAULA ALEXANDRA ANTUNES ROSA, filha de Anibal Novais da Rosa e de Feleciana Antunes Raposo Rosa.

Foram padrinhos o Sr. Profírio Alves Alexandre e sua esposa D. Helena Maria Mendes José Alexandre.

ANA PATRICIA RODRIGUES HENRIQUES, filha de Carlos Alberto Silva Henriques e de Olga Maria Rodrigues Henriques.

Foram padrinhos o Sr. Domingos António Alves Dinis e sua esposa D. Maria Fernanda Silva José Alves.

LILIANA FILIPA MAIO LOPES, filha de Jaime Augusto Silva Lopes e de Maria Fernanda da Natividade Martins Maio Lopes.

Foram padrinhos o Sr. Filipe Manuel Martins Maio e D. Maria Aline Silva Lopes.

TROVISCAL

MIGUEL ABRANTES DA CRUZ, filho de José Eduardo Fernandes da Cruz Abrantes e de Aldina Maria Abrantes da Cruz.

Foram padrinhos o Sr. Armando Manuel Fernandes da Cruz e a menina Ana Teresa Malheiro Onório.

VILA

SOFIA TOMAS HENRIQUES PEREIRA, filha do Sr. Dr. José António Fernandes Pereira e de D. Isabel Maria Barjona Tomas Henriques.

Foi apadrinhada pelo Sr. Miguel José Barjona Tomas Henriques e pela menina Maria do Rosário Fernandes Pereira Duarte Cabarrão.

SARZEDAS DO VASCO

ANTONIO BARATA HENRIQUES

Este nosso dedicado assinante, que no Hospital de Covões em Coimbra, foi recentemente submetido a melindrosos tratamentos motivados por um aci-

dente de trabalho, já se encontra na sua residência nesta localidade.

Desejamos-lhe rápido restabelecimento.

ACONTECEU

NA

RIBEIRA DE PERA

PÊRA

AGRADECIMENTO JOÃO RODRIGUES L. JUNIOR

A viúva de João Rodrigues Lopes Júnior, sua filha e efilho, nora e genro e Netos, na impossibilidade de o fazerem pessoalmente como muito desejavam, vêm por este meio agradecer a todas as pessoas que com eles se solidarizaram e partilharam a dor que viveram no passamento de seu marido, pai, sogro e avô.

Desejam ainda agradecer a todas as pessoas que acompanharam a sua doença e ao longo dela sempre se interessaram, manifestando a sua amizade, que muito os cativou.

MINI MERCADO

ESTRELA DA AVENIDA

De Ilda Maria T.F. Paulo

Peixaria, Charcutaria, Frutaria, Merceria e Secção de Brinquedos

Av. S. Domingos
Telef. 44311

3280 CASTANHEIRA DE PERA

SARZEDAS DE S. PEDRO aspira a ser sede de Freguesia

Esta linda e progressiva aldeia, sendo a maior e mais rendosa do concelho de Castanheira de Pera, aspira ser sede de freguesia.

A sua situação geográfica é das melhores e possui bastantes aldeias circunvizinhas que, como ela, ficam a grande distância da sede da freguesia, uma a 6 quilómetros, outras a 7, mas é esta a mais central e é já o aglomerado que reúne mais e melhores condições.

Sabemos muito bem que as autoridades não ignoram as dificuldades em que se encontram os habitantes de Sarzedas de S. Pedro para resolverem certos problemas, que só a Junta de Freguesia poderia solu-

cionar. Por isso, seria necessário criar-se nela a sede de nova freguesia para melhor garantir aos seus habitantes a resolução dos seus interesses, e até estamos convencidos de que o início dos primeiros passos para esse fim tenham o apoio das respectivas autoridades.

Assim, quase não temos dúvidas em afirmar que terá soado a hora, pois sabemos que um grupo de pessoas irá muito em breve iniciar os primeiros passos, despertando assim este bom povo de um longo sono.

FESTAS DE SÃO PEDRO

A exemplo dos anos anteriores, vão realizar-se no primeiro Domingo de Setembro, as tradicionais festas que, graças ao dinamismo da actual comissão, têm um programa bastante atractivo.

Por tal motivo, e ainda pela conhecida hospitalidade deste povo, estamos convictos de que vai ser grande o número de forasteiros que nos vêm visitar.

LOUVOR POR BONS SERVIÇOS JOSÉ JÚLIO DE CAMPOS LOPES

Este nosso Amigo que, em Castanheira de Pera, exerceu, durante algum tempo, a sua profissão, chefiando a Secretaria da Câmara Municipal sempre com apuro, zelo e competência, acaba de ser louvado pelos seus bons serviços que tem prestado na chefia da Secretaria da Assembleia Distrital de Viseu.

Não só nos congratulamos com tal facto, como também lhe enviamos o nosso abraço de felicitações.

NOTÍCIA Castanheirense

COENTRAL

O SONHO REALIZADO INAUGURADO O «CENTRO DE CONVÍVIO DO COENTRAL PEQUENO

O dia 21 de Agosto de 1983 foi o dia escolhido pelos habitantes do Coentral Pequeno para a inauguração do seu Centro de Convívio.

Obra há muito ansiada por todos quantos residem naquela terra, só agora, após muito esforço e muita dedicação, foi possível a sua concretização.

Apesar de ir beneficiar mais os residentes, também aqueles que vivem longe contribuíram como puderam para a realização de tão importante obra, que irá, esperamos, fomentar e aumentar o convívio e a união de todos os Coentralenses.

O dia 21 de Agosto de 1983 foi um dia inesquecível, pelo convívio que a inauguração proporcionou a todos quantos compareceram no Coentral Pequeno, já que todos sem excepção foram convidados. E o Coentral Grande em peso lá esteve confraternizando com os seus irmãos do outro lado da Ribeira.

Nessa tarde esteve presente, no Coentral Pequeno, o Presidente da

Câmara Municipal, Sr. Júlio Henriques, que inaugurou oficialmente o Centro, e registou-se também a presença ali, do Presidente da Junta de Freguesia de Coentral, Sr. Joaquim Alves Barata. Além dos autarcas, compareceram o Pároco do Coentral e de Castanheira de Pera, Sr. Dr. António de Matos, os Comandantes da G.N.R. e dos Bombeiros de Castanheira de Pera, bem como outras individualidades concelhias, entre as quais o Director do Jornal de Castanheira de Pera e a Direcção do Rancho Folclórico Neveiros do Coentral e a do velho Centro de Instrução e Recreio União Coentralense.

Discursos de significado regionalista antecederam o abundante lanche oferecido aos presentes. Foram oradores, o Sr. Abílio Lopes da Costa, Presidente da Comissão

Instaladora do Centro de Convívio, o Presidente da Câmara, o Presidente da Junta de Freguesia e, ainda o Director Artístico do Rancho Folclórico Neveiros do Coentral, Dr. Herlander Machado.

Beberam-se uns copos do Morgueiro, comeu-se cabrito à maneira da região (chanfana), variadas sandwiche e bolos, tudo em sim harmoniosa e agradável. E, no fim de tudo, um baile à boa maneira dos velhos tempos com a sanfona, o banjo, os feijões...

Uma obra de muito mérito que esperamos venha a servir para muitos momentos de alegria e de cultura.

O dia 21 de Agosto de 1983 veio a provar a todos uma vez mais a grande união que há na Família Coentralense.

Helder Machado Barata

Maria Manuela Vaz Freire de Carvalho

Para Bodeusee (Alemanha) onde vai frequentar um curso de aperfeiçoamento da língua daquele país, seguiu recentemente de avião, a menina Maria Manuela Vaz Freire de Carvalho, aluna da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e filha do nosso dedicado amigo e assinante Sr. Alípio Freire de Carvalho e de D. Maria Ricardina Vaz Freire de Carvalho.

Desejamos-lhe óptima estadia.

FALECIMENTO.

CARREGAL FUNDEIRO

JULIO FERNANDES

No Brasil, em São Paulo, faleceu o sr. Júlio Fernandes, de 73 anos de idade e natural de Pedrógão Pequeno. A ocorrência deu-se no passado dia 15 de Junho, embora só agora dele tivéssemos conhecimento. O extinto era casado com a Ex.ª Senhora D. Gracinda Dinis Fernandes (natural do Carregal Fundeiro, mas desde há muito radicada no Brasil) e pai de Vitorino José Fernandes casado com a Ex.ª Senhora D. Ester Fernandes, de

José Alberto Fernandes, José da Conceição Fernandes e Dr. Carlos Alberto Dinis Fernandes, conceituados comerciantes em São Paulo, e ainda das Ex.ªs Senhoras D. Maria de Fátima Conceição Fernandes, casada com o Senhor José Baptista e Maria Helena Fernandes Figueiredo, casada com o Senhor António Figueiredo.

A distinta família enlutada, Jornal de Castanheira de Pera apresenta condolências.

gornal de CASTANHEIRA DE PERA

Vende-se no
RESTAURANTE
SNACK-BAR

Chopp-Avenida

de António Henriques Costa
(Aberto das 8 às 2 H.)

Avenida de S. Domingos
3280 CASTANHEIRA DE PERA

Telef. 44349



CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

DEPÓSITOS À ORDEM:

(Contas Individuais: Simples ou Conjuntas)

Saldos Até 150 000\$00 4 %
No excedente 2 %

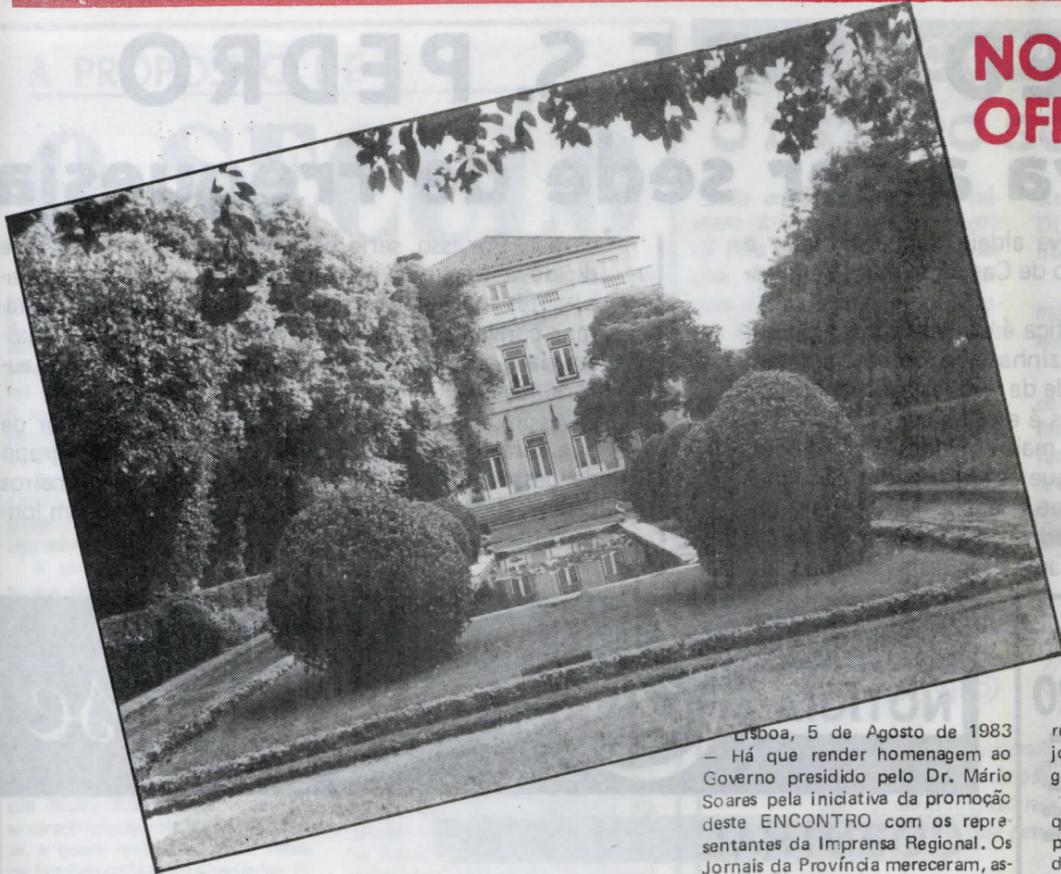
DEPÓSITOS A PRAZO:

De 30 até 90 dias 17,5 %
De 91 até 180 dias 21,5 %
De 181 até 365 dias 28 %
De 366 até 730 dias 30 %

(Quantias com limite mínimo de 5000\$00)

CRÉDITO:

Sector Público
Predial
Industrial
Agrícola



NOS JARDINS DA RESIDÊNCIA OFICIAL DO 1.º MINISTRO

ENCONTRO do GOVERNO com os representantes da IMPRENSA REGIONAL em 5-VIII-1983

Lisboa, 5 de Agosto de 1983 — Há que render homenagem ao Governo presidido pelo Dr. Mário Soares pela iniciativa da promoção deste ENCONTRO com os representantes da Imprensa Regional. Os Jornais da Província mereceram, assim, a atenção dos Governantes.

Além da justa exaltação dos serviços prestados à Nação por este sector da comunicação social, o Governo manifestou a sua disposição incondicional para um diálogo franco e informal, em que fosse debatida aberta e profundamente toda a problemática que afecta os periódicos regionalistas.

Honra lhe seja dada, o Governo afirmou receptividade aos legítimos anseios dos responsáveis pelos órgãos da Imprensa das Províncias.

O ENCONTRO teve lugar nos belos jardins da residência oficial do Primeiro Ministro, em São Bento, tendo estado presentes, além do sr. Dr. Mário Soares, o Vice-Primeiro Ministro e Ministro da Defesa Nacional, Dr. Mota Pinto, e, ainda, o Ministro de Estado, Dr. Almeida Santos.

Nesse tão aprazível recanto, herdado dos tempos de Salazar — pelos frutos se conhece a árvore! — esteve

reunida cerca de uma centena de jornalistas das províncias de Portugal.

A amenidade contagiante do requintado ambiente, a visível predisposição dos Governantes para um diálogo construtivo, realista, frontal e desinibido convidava os representantes da Imprensa Regionalista a uma abordagem, franca e leal dos seus múltiplos problemas, tanto mais que a maioria dos periódicos desta área da Comunicação Social estava ali representada pelos seus próprios directores. Destes, conhecedores profundos das carências técnicas e financeiras do sector, naturalmente se esperaria a diligência necessária à consecução de um debate casuístico em que, muito para além do registo das dificuldades enfrentadas por cada jornal, surgissem, após a passagem a uma análise dos problemas comuns genéricos, globais, as sugestões, as propostas e os remédios ajustados a alguns dos males que, dramaticamente, afectam a Imprensa Regional...

Mas que se passou em São Bento?

Feita a abertura do colóquio por Mário Soares — aliás muito bem secundado por Mota Pinto e por Almeida Santos — seguiu-se o desejável período de Perguntas e de Respostas.

Veio então o desencantamento. Como que em substituição dos Autarcas e dos próprios Deputados designados para a Assembleia da República por cada um dos Círculos Eleitorais do País, os representantes da Imprensa Regional utilizaram o longo período reservado às perguntas dos jornais e às respostas do Governo para focarem assuntos como a falta de água, a carência de estradas em bom estado, a falta de escoamento rentável da produção agrícola e pecuária, as deficientes condições sanitárias do interior, etc., etc.

Ao de leve, falou-se nos benefícios do *Porte Pago*, nos correios, e do *Subsídio de Papel*. E, quando o Ministro de Estado Almeida Santos aludiu ao aproveitamento dos antigos parques gráficos dos jornais nacionais, pelos jornais regionais, houve quem de imediato reagisse contra tal ideia pois não se queria material velho e obsoleto... E também foi defendido o profissionalismo de quantos trabalham na Imprensa Regionalista...

Parecia que, depois destes últimos assuntos, se iria entrar na análise objectiva dos problemas. Jornais da Província. Mas não. L-se discutiu o Marxismo do P.S., 100 medidas anunciadas no seu Programa, a austeridade, a segurança dos cidadãos, o índice de criminalidade...

De passagem, falou-se no pagamento de publicidade redigida por certos organismos ligados ao Estado. Pouco mais!

Não se entrou em propostas concretas que atenuassem os custos da composição e impressão dos jornais... Nem se admitiu que parques gráficos, como os dos extintos *Jornal do Comércio* e *O Século*, pudessem oferecer condições favoráveis aos jornais da Província, mantendo antigos postos de trabalho e fazendo as pobres publicações da Província melhores preços e, assim, algumas condições de sobrevivência.

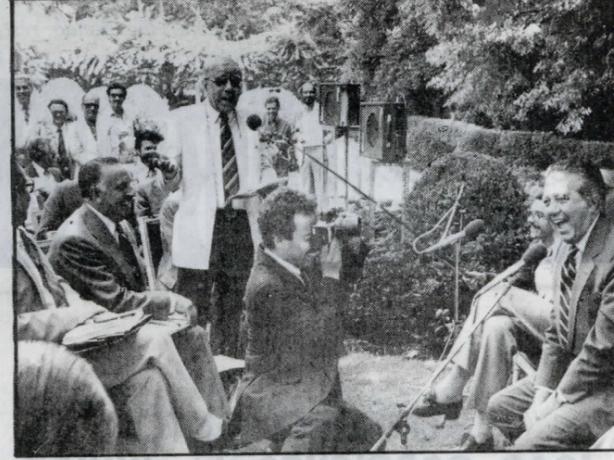
Sim, foi um fracasso este ENCONTRO, de nada valendo o "discurso" de Soares, o brilho de Mota Pinto e o tom conciliador de Almeida Santos.

Foi pena!

H. A.



O Director do Jornal Castanheira na companhia de BENIGNO PAULO DA CRUZ Director do Periódico MINHO VERDE.



Atelier
VOLTA DA ESTRADA
(Frente ao Posto de Gasolina SHELL)
CASTANHEIRA DE PÊRA

ESTÚDIOS DELFIM FERREIRA
Residência
Av.ª S. Silvestre
Telefone 99405
LOUSÃ

REPORTAGENS DE CASAMENTOS, BAPTIZADOS, etc.
com apresentação de provas a cores horas depois
REVELAMOS OS SEUS ROLOS A CORES EM 24 HORAS

Pinto & Brás, Lda.
EMPREITEIROS DE OBRAS PÚBLICAS

Máquinas para Terraplanagens
Fornecedores de Materiais de Construção

Telef. 92452
BARRAÇÃO — LEIRIA.

POVOS SERRANOS

FERNANDO COSTA

C. E. E. - MERCADO COMUM
- OS PRÓS E OS CONTRAS

Portugal desde a sua fundação, ampliação e consolidação territorial sempre, salvo raros períodos, na nação em crise.

Por exemplo em 1550, apesar das inúmeras riquezas, caso de ouro, especiarias, etc., vindas de além mar, a nação devia a astronómica aquia de 808.600\$00 reis dos quais só de juros pagava a módica quantia de 150 contos anuais.

Apesar desta situação caótica, que se foi agravando, em meados de Julho de 1578 por responsabilidade dos homens que formavam o tecido social e político da época, o Rei de Portugal, sem um mínimo de organização, uma expedição composta por centenas de Caravelas e milhares de homens, uns portugueses e outros mercenários como hoje se diz, para, pelas armas, conquistarem Marrocos aos "infieis".

No princípio do mês seguinte, precisamente numa trágica noite da feira, 4 de Agosto de 1578, as forças nacionais foram detoadas pelos "infieis" em Alcácer Quibir. D. Sebastião, monarca paranoico segundo reconhecem alguns historiadores, ficou para sempre no tempo de batalha.

D. Sebastião morreu mas, em face da crise económica do país, da miséria e fome existente na "arraia muiada", surgiu o profetismo que se arraizou no povo do seu regresso numa manhã de nevoeiro para salvar a nação.

O sebastianismo, o messianismo, o profetismo, das mais variadas formas e rostos proclamado, desde a andarra, Pedro Frias, Bocarra, Pinheiro do Algarve e muitos outros, incluindo clérigo, foi normal sistema adotado ao povo que, pelo seu conformismo e esperança em melhores dias, foi acreditando nas mais variadas "professias" e no aparecimento de "messias" como forma de resolver problemas colectivos.

O sebastianismo, messianismo,

profetismo, etc, chegou a nossos dias em face do nosso conformismo (há também quem lhe chame "brandos costumes"), de Portugal ser um país de um modesto nível cultural e, por isso mesmo, qualquer um conseguir-se distinguir na massa anónima, bastando-lhe, caso dos político-governantes, falar mais alto, usar e abusar de linguagem ininteligível e dar a entender, embora não o dizendo, que a adesão à C.E.E. — Comunidade Económica Europeia — vai ser a nossa "salvação", originar o desenvolvimento do país, minorar o atraso entre o litoral e os povos serranos do interior.

Muito boa gente, nomeadamente nos pequenos aglomerados humanos, acredita piamente no "profetismo" da C.E.E. (Clube de países ricos e altamente industrializados).

Como é que dessa adesão se vai desenvolver o interior em geral e particularmente a Beira Serra se a Itália, membro de pleno direito desde a criação da C.E.E., não viu, ainda, minimamente atenuadas as enormes desigualdades entre o Norte e o Sul?

Sinceramente gostaríamos de dar algum crédito a esse "profetismo", mas, sendo a nossa agricultura um sector frágil e crítico da economia, continuando incapaz de alimentar a população, quando parece estar aprovado poder ser auto-suficiente, como vamos produzir mais alimentação sem qualquer planificação, regadio para as planícies de sequeiro alentejanas, nem quaisquer reformas nas zonas de minifúndio?

Entre 1950/1980 a produção agrícola nos países desenvolvidos aumentou entre 5 e 10 vezes mais, entre nós, no mesmo período pouco cresceu.

De resto como vai a adesão à C.E.E. originar uma melhoria eco-

nómica e social do povo português se os gregos estão hoje mais "gregos" que antes da sua entrada no mercado comum, os ingleses andam "à rasca", os franceses "à brocha" e, entre toda a comunidade existem milhões de desempregados, reclamando trabalho e pão?

A entrada na C.E.E., vai significar abundância, bem estar social ou ruína e miséria, já que a nossa economia, por ser atrasada e distorcida será destruída?

Quem tem razão? O assunto é grave, as explicações não existem, as opiniões divergem, as alternativas que poderiam existir continuam a não ser tentadas nem consideradas.

Em face desta complexidade, vejamos a opinião insuspeita do sr. Lorenzo Natali, quando vice-presidente da comissão responsável pelo alargamento da C.E.E., que afirmou ao "Diário de Notícias" em entrevista publicada em 28/2/80, o seguinte: "Devemos ser claros e não pensar que a entrada na Comunidade vai resolver os problemas. Não é verdade. Talvez vá mesmo criar dificuldades".

Como dificuldades individuais e colectivas já nós temos em demasia vamos criar ainda mais, em face do nosso atraso em quase todos os domínios.

Vejamos: em 1979 o Produto Interno Bruto per capita português era de 114 contos, na Grécia cerca do dobro, na Espanha 292 contos, na Alemanha Federal e outros países ocidentais 680 contos.

Na electricidade, base principal do desenvolvimento de qualquer sociedade, o nosso índice era de 1/10 da Inglaterra, 1/9 da Alemanha Federal, Bélgica e Dinamarca, 1/6 da França, 1/2 da vizinha Espanha e 2/3 da Grécia.

Saltando da electricidade para o cimento verificamos produzir-

mos, per capita, 1/2 da Espanha e Grécia e 1/3 dos restantes países.

No sector do aço os índices dos outros países são 4 e 6 vezes superiores.

Igualmente na área fundamental do bem-estar e da dualidade de vida da população — a saúde — seguem alguns índices:

— Em Lisboa existe um médico para cerca de 280 habitantes, enquanto nos cinco distritos mais atrasados do país essa relação é, em média, de um médico para 1980 habitantes;

— Em Lisboa apenas 1,5 por cento dos partos ocorrem sem qualquer assistência médica enquanto nos cinco distritos em apreço cerca de 40 por cento dos partos desconhecem, ainda, a mínima assistência médica;

— Em Lisboa existe uma cama de hospital para cerca de 130 habitantes, enquanto naqueles cinco distritos existe uma cama para cerca de 3000 habitantes.

Assim, por todos estes factores económico-sociais, falta de informação em palavras claras que todos entendam, continua-se a proceder e o povo a pensar tal como ao tempo de D. Sebastião, quando o destino dos povos dependia inteiramente do destino ou decisões dos reis que os governavam.

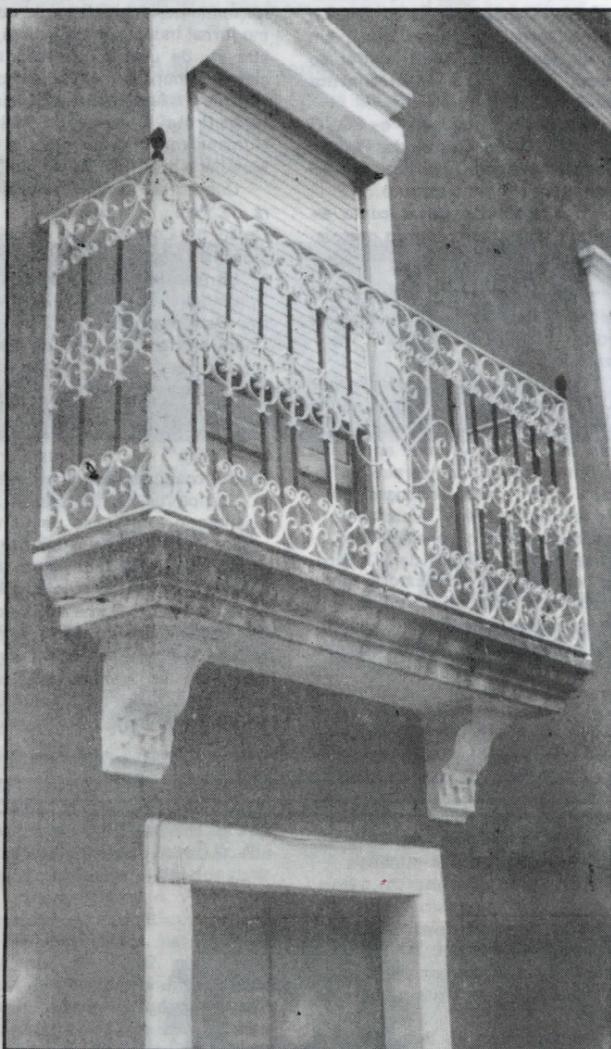
Claro que, embora admitindo alguma ajuda económica e política da C.E.E. no sentido da consolidação da nossa democracia pluripartidária, O DESENVOLVIMENTO NACIONAL E REGIONAL, ISTO QUE NINGUÉM TENHA DÚVIDAS, É UMA TAREFA COLECTIVA DOS PORTUGUESES E NÃO UMA CONSEQUÊNCIA MESSIÂNICA, SEBASTIÂNICA, OU ATOMÁTICAMENTE DA NOSSA INTEGRAÇÃO NO "CLUBE DOS RICOS".

QUE HORIZONTES?

A ARTE DO FERRO

em varandas do Concelho

-NO TROVISCAL



folhetim ► FACTOS E CONTOS DA TRADIÇÃO ORAL DA SERRA DA LOUSÃ

JUSTIÇA DE EL-REI

HERLÂNDER MACHADO

2-UMA SENTENÇA DE AFONSO V

Reinava em Portugal Dom Afonso V, quando Fernão Lourenço e a mulher Catarina Annes, moradores na Ervideira, Luís Eannes e a mulher Leonor Domingues, residentes nos Coentrais e, ainda, Vasco Gil e sua mulher Guiomar Álvares, Afonso Annes e Catarina Annes, habitantes de Pêra — todos, finais, pertencentes ao termo, de Pedrógão — foram réus numa demanda em que foi autor o concelho da Lousã.

Por apelação, o «feito» subiu ao Corte, vindo a merecer régia sentença. Estava-se no ano de 1467.

Porque «sempre de antigo costume o fazerem assim seus antecessores», queria a gente da Ervideira, de Pêra e dos Coentrais apascentar e criar seus gados em certos montados que o dito concelho autor diz que tem em seus rmos e limites». Mas entendiam os «Juizes da vila da Lousã» que os réus deviam deixar de levar os seus gados aos «montados da Serra do Trevim e da Horta até à Cruz do Esinho (...) salvo por licença e autoridade do dito concelho».

Aquela pobre gente serrana apenas era oferecida, pelo concelho da Lousã, a seguinte alternativa: — ou deixava de praticar a pastorícia dentro dos limites do Termo da Lousã

— ou pagava avença a este concelho para continuar a utilizar os seus montados.

Estabeleceu-se, pois «que lhes multassem seus gados ou fizessem avenças como faziam outros».

Lutando, pelo seu direito consuetudinário, apelaram os do Coentral para a Justiça de Sua Majestade:

— «Sabei que perante nós, à nossa corte veio um feito, por apelação, o qual era entre o Concelho dessa vila, como autores duma parte» e, da outra, como réus, os já referidos casais da Ervideira, de Pêra e dos Coentrais... E «os ditos réus de vós para nós apelaram, e vós não lhes recebestes apelação e eles o puseram por agravo e tiraram dele um instrumento, o qual nos apresentaram; e, visto por nós, houvámo-lo por apelação».

Por ordem de D. Afonso V, o concelho da Lousã teve de formular um libelo, «com o qual veio dizendo que era verdade que o dito concelho autor tem seus termos limitados e divisados de antigamente e dentro dos ditos termos tem seus montados e pastagem e contadas para os moradores do dito concelho somente trazerem e criarem seus gados e lhes darem de pastar e em eles e outras pessoas, algumas não, salvo por licença e autoridade

-EM 1467

do dito concelho».

Neste libelo, queixa-se o concelho da Lousã de que «os ditos réus moradores no termo do dito Pedrógão, contra a vontade do dito concelho autor, lhe lançam os seus gados nos ditos montados e lhes comem toda a erva e lhes destroem quanta madeira em eles têm, em tal guiza que os gados do dito concelho autor não acham que comer e muitos pereçam de fome».

Aos pastores dos Coentral, de Pêra e da Ervideira foi dada oportunidade para contestarem tendo eles apresentado «uns artigos de defesa, dizendo que era verdade que eles réus moram no Pedrógão, o qual parte com o termo dessa vila da Lousã e em dito termo dessa vila eles réus têm herdades assim lavradiças como maninhas, as quais lhes ficaram de seus avós e bisavós, que as ali tiveram e lograram por tempos e anos, comendo as ervas e bebendo as águas, como os vizinhos do concelho dessa vila. E que podia haver dez, vinte, quarenta, cinquenta e cem anos e tanto tempo que a memória dos homens não era em contrário que os ditos seus pais e avós e bisavós por ali serem

vizinhos sempre ali trouxeram seus gados e se lograram das ervas e das águas como os outros do concelho, sem lhe ser contradito por pessoa alguma nem defeso, sabendo bem que ali os traziam e apazendo-lhe disso».

E, em reforço de argumentação, dizem os do Coentral que «a Serra do Trevim e o montado da Horta, onde eles réus traziam seus gados, era tão longe dessa vila, que, a duas léguas dela, não há dois ou três lavradores que gados ali tragam, salvo eles réus, que sempre ali a trouxeram...».

Chamam também a atenção do Rei para o facto de que «contribuem com o dito concelho autor na colheita de S. João como os ditos seus antecessores contribuíam e isso mesmo os vizinhos da Lousã».

Tomadas inquirições, concluso o processo presentes os procuradores das partes e seus requeredores foi lavrada a sentença.

Reconheceu-se que os pastores do Coentral não tinham «herança no termo da Lousã» e, por isso «lhes proibimos sob pena de pagarem para o concelho da Lousã, por cada cabeça de gado vacum cinco reais e por cabeça de porco três reais e por cada cabeça de ovelha ou cabra dois reais e por besta seis reais; que, daqui avante, não montem com seus gados no termo da Lousã sem autoridade dos oficiais de dita vila e se acordem acerca do dito montado e pasto. E mandamos aos autores que com temperança façam suas avenças com os réus quando lhes licença dorem para montar e não os queiram asperamente tratar acerca de suas avenças».

No formulário descolorido desta

prosa de feição bárbara, abundam os pouco estilísticos «ditos» que tornam um tanto fastidiosa a leitura. Para além de tais «ditos» haverá também neste documento, o reflexo dos «mexericos» da Corte e o jogo de influências dos Juristas, onde, segundo cremos, se terá feito sentir a intercessão de alguns naturais de Miranda do Corvo, povoação que, como é bem sabido, se situa nas vizinhanças da Lousã.

Contrariamente ao que é defendido por Eugénio de Lemos, no estudo com que fez acompanhar o texto desta sentença, afigura-se-nos que Dom Afonso V deu uma no cravo e outra não ferradura — mas acabou por dar ao concelho da Lousã tudo quanto ele inicialmente exigira aos pobres réus do Coentral, da Ervideira e de Pêra.

QUANDO OS PASTORES DA ERVIDEIRA, PÊRA E DO COENTRAL ENTRARAM EM LITÍGIO COM O CONCELHO DA LOUSÃ

De facto, a posição inicial do concelho autor era, como vimos, «que lhes multassem seus gados ou fizessem avenças como faziam outros». Assim, apenas aparece a adoção de decisão régia a recomendação feita aos autores para que «com temperança façam suas avenças com os réus».

Acresce que, comparativamente com a tabela fixada para as multas — 5 reais por cabeça de gado vacum, 3 reais por cabeça de porco, 2 reais por cabeça de cabra ou de ovelha e 6 reais por besta — parece um tanto elevado a quantia de 1.066 reais correspondente às custas de processo, as quais, por condenação régia, teriam de ser pagas pelos réus ainda que tivessem de ser «apre-

goados por três nove dias», vendidos e arrematados «tantos dos bens móveis dos ditos Réus» e «se o móvel não bastar fazei-lhe vender a raiz, como se contem em a nossa ordenação».

Não conhecemos as repercussões desta sentença. Talvez seja ainda possível encontrar, na poeira, dos arquivos, outros documentos esclarecedores. Todavia, uma coisa é certa: — Há ainda poucos anos, o gado da gente do Coentral, reunido em rebanho comunitário, atravessava a Serra do Trevim, utilizando os mesmos terrenos baldios que deram outrora origem aos pleito que terminou com esta sentença de Afonso V.

Agora, a tão grande distância do século IV, na friza de uma apreciação serena, fica-nos a persuasão de que, se é certo que o povo do Coentral teve ensejo de fazer subir a demanda até ao próprio Rei, tal não trouxe qualquer benefício e, em contrário, agravou até a sua situação com o pagamento dos 1066 reais das custas do processo.

Por isso nos parece excessivo o apreço expresso por Eugénio de Lemos no prefácio do opúsculo que dedicou a esta sentença: — «Justiça acessível a todos, feita a todos, justa para todos! (...) Era assim nos remotos tempos de El-Rei D. Afonso V!».

Por nosso lado, apenas nos ocorre formular uma pergunta a que, segundo cremos, ninguém poderá responder se, entretanto, não for retirado da poeira dos velhos arquivos algum documento esclarecedor:

— Teriam ido à praça, para serem vendidos em hasta pública, os bens de raiz, dos queixosos do Coentral que, como réus, foram assim condenados?

CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PÊRA — CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PÊRA — CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PÊRA — CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PÊRA

A PROPOSITO DE

O SÉCULO

O artigo que sobre o jornal O SÉCULO publicámos, no número 9, em 30 de Julho de 1983, continua a merecer referências encorajadoras. Depois da Rádio (RDP), foi o Jornal de Sintra que, em 5 de Agosto de 1983, aludiu ao nosso jornal e ao reaparecimento de O SÉCULO.

Entretanto, também o POVO LIVRE (Órgão Oficial do Partido Social Democrata) publicou um artigo sobre o mesmo assunto.

E chegamos cartas como esta que hoje transcrevemos gostosamente:

Defendendo, o "Jornal de Castanheira de Pêra" que de novo se volte a publicar "O Sécuro", mereça todo o apoio.

Pois, digno sendo, de se realçar e de relembra, que publicando-se este extinto Órgão de Comunicação Social, nos últimos anos, sob as directrizes de João Pereira da Rosa, a quem muitas crianças, filhas de famílias pobres e remediadas, ficaram devendo o benefício da Colónia Balnear Infantil de "O Sécuro" em São Pedro do Estoril, sendo, mais tarde, orientado, pelo dr. Guilherme Pereira da Rosa e, por último, pelo jornalista Manuel Figueira, teve sempre, este jornal, uma grande evolução jornalística, não só nas diversas Províncias do nosso País, como, também, no Estrangeiro, especialmente nas Américas,

África e nos Países europeus onde se encontravam radicados milhares de famílias portuguesas.

Também não só pelo seu aperfeiçoamento técnico e moderno, como jornal independente e livre, que através, de uma informação consciente e honesta, serviu sempre a verdade e a Nação multi-especialmente, os firmes interesses do País e da Humanidade criando grande fama Mundial e prestígio "O Sécuro".

Quanto ao jornal de Castanheira de Pêra, no respeitante, a este Órgão de Comunicação Social Regionalista, tenho a expor:

Constituindo-se o Concelho de Castanheira de Pêra pelas freguesias de Castanheira de Pêra e do Coentral, dadas as suas belezas naturais torna-o, assim, turisticamente valorizado.

Graças à maneira como o timoneiro, do "Jornal de Castanheira de Pêra", Sr. dr. Herlander Machado, coadjuvado, por uma distinta Equipa de Colaboradores, vem orientando este Órgão de Comunicação Social Regionalista, noto, que muito vem pugnando, pela nossa Cultura, bem como pelo Engrandecimento e Bom Nome do Concelho de Castanheira de Pêra. Motivo, porque felicito o seu Director, desejando as maiores felicidades, para este Órgão de Comunicação Social Regionalista.

Albino Dias Pereira de Oliveira

RECTIFICAÇÃO

O ESTADO SOMOS NÓS

No editorial do último número do Jornal de Castanheira de Pêra saíram algumas gralhas que muito deploramos. Pedimos desculpa aos nossos leitores e corrigimos aqui as mais importantes:

Ficou omíssa a primeira linha desse editorial e apareceu a palavra Director em vez de Direito.

A versão correcta dos dois primeiros períodos é a seguinte:

— O ESTADO SOU EU!
Então, o Absolutismo dos

Reis, assente na teoria do seu Direito Divino, não podia ser objecto de contestação".

Um outro período que saiu mal deveria ter saído com a seguinte forma:

"Modo, tempo e lugar, tal como causa e fim, são circunstanciais enquadramentos dos factos históricos enquanto o seu mérito ou demérito advém da relatividade dos valores adoptados por quem os analisa".

A UNS OLHOS

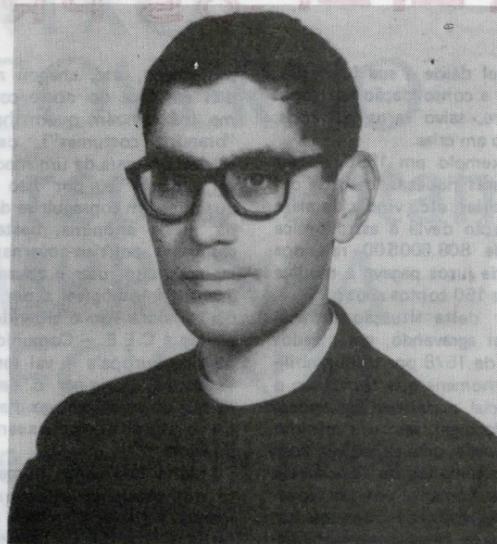
*Eu vi uns olhos serranos,
Com certo modo de olhar,
Tão ramalhudos, tão negros,
Que me deram que pensar!*

*E aqueles olhos serranos,
Luminosos, celestiais,
Ao mesmo tempo atrevidos,
Provoavam madrigais!*

*Tão profundos, tão amantes
De tão real beleza,
Que fiquei a magicar
No poder da Natureza!*

Ardan

MISSA DE SUFRÁGIO NO ANIVERSÁRIO DO FALECIMENTO DO PADRE MANUEL FREIRE B. SANTOS



O COENTRAL RECORDOU O SEU ANTIGO PÁROCO

29-9-1932 — 27-8-1979

DEUS O EXPERIMENTOU
COMO OURO NO CRISOL
E ACEITOU-O COMO
UM SACRIFÍCIO
PERFEITO

— CFR. SAL. 3.C



fábrica de meias e luvas

MANUEL ALVES BARATA, LDA.

TELEFONE 44402 — COENTRAL — 3280 CASTANHEIRA DE PÊRA

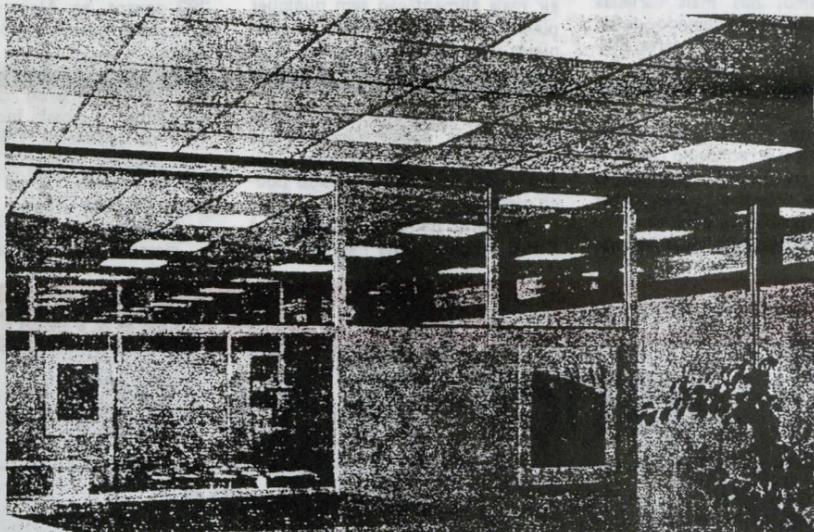
UNIDADE INDUSTRIAL
FUNDADA
EM 1920

AGÊNCIA FUNERÁRIA

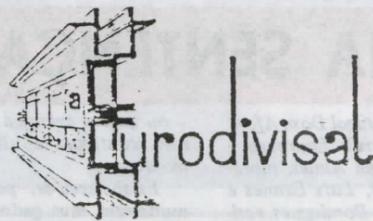
CHITAS

de
Aurora da Silva
Tomás
CHITAS

Telef. 44467
SARZEDAS DO VASCO
3280 CASTANHEIRA DE PÊRA



- DIVISÓRIAS AMOVÍVEIS
- TECTOS FALSOS
- PAV. FALSOS
- BIOMBOS
- MARQUISES
- PORTAS DE FOLE
- REVESTIMENTOS



COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL E ALUMÍNIOS, LDA.

A TÉCNICA DO ALUMÍNIO NO MOMENTO EUROPEU
TRANSFORMAMOS ALUMÍNIO PARA QUALQUER
FINALIDADE E PARA TODOS OS PONTOS DO PAÍS

ESCRITÓRIO INST. FABR RUA MAESTRO PEDRO FREITAS BRANCO, 23-25 TELEF. 66 92 65-60 91 30 1200 LISBOA
RUA CAMPO DE OURIQUE, N.º 75 — LOJA 14 TELEF. 65 76 69-68 73 95 1200 LISBOA

Francisco António Lopes Ribeiro

Eng.º Técnico Civil (I. S. E. C.)

● EMPREITEIRO DE OBRAS PÚBLICAS
E CONSTRUÇÃO CIVIL

● EXECUÇÃO DE PROJECTOS: MORÁDIAS, BLOCOS HABITACIONAIS,
REDES DE ÁGUAS E ESGOTOS, CÁLCULOS DE BETÃO ARMADO,
ARRUAMENTOS.

● LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS: ELABORAÇÃO, MEDIÇÕES,
MARCAÇÕES, PICTAGEM.

Largo Camilo Castelo Branco, 13, 1.º

Telef. 2 29 77

2400 LEIRIA

LABORATÓRIO DE ANÁLISE CLÍNICAS

BIOQUILAB, LDA.

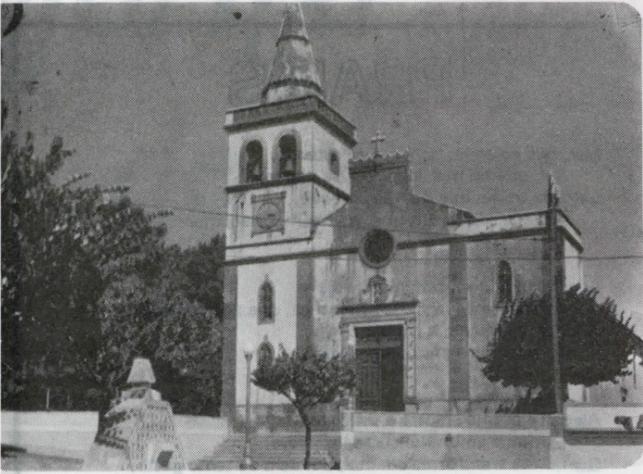
Dir. Técnica: ALDA BRANCO GAMA
Licenciada em Farmácia — Especialista

Em Castanheira de Pêra todos os dias às 9 horas na Rua João Bebiana

Telef. 4 22 86

3260 FIGUEIRÓ DOS VINHOS

CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PÊRA — CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PÊRA — CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PÊRA — CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PÊRA



FIGUEIRÓ DOS VINHOS A BANCA AO SERVIÇO DOS AGRICULTORES

Aproveitando a realização da Feira de São Pantaleão que anualmente tem lugar nesta vila nos fins de Julho e que no dia 27 reúne grande número de agricultores de toda a região, o Banco Espírito Santo e a Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, organizaram uma sessão de esclarecimento para que técnicos daquela instituição de crédito tivessem oportunidade de demonstrar aos agricultores as vantagens que lhes são oferecidas pelas linhas de crédito com juros bonificados, criadas pelo S.I.F.A.P. (Sistema Integrado de Financiamento à Agricultura e Pescas) em colaboração com a Banca.

A Casa do Povo cedeu as suas instalações e o seu salão de Festas estava literalmente cheio com a presença de elevado número de empresários agrícolas ávidos de saberem até que ponto lhes seria possível utilizar o crédito com juros bonificados que lhes era oferecido para uma melhor racionalização das suas actividades produtoras.

Aberta a sessão pelo vereador Fernando Lopes em representação do Presidente da Câmara, o Dr. Alexandre Lancastrre (Operações Especiais de Crédito do B.E.S.C.L.) conseguiu durante uma hora prender a atenção da assistência com uma pormenorizada e esclarecedora relação de todas as condições em que se podem concretizar os financiamentos à lavoura com vista a uma rentável produtividade de que o País tanto necessita.

O Banco Espírito Santo que há mais de 40 anos vem promovendo grandiosa obra de promoção da indústria, do comércio e da agricultura no norte do Distrito de Leiria

através da sua Agência de Figueiró dos Vinhos, fez deslocar a essa sessão além do Dr. Alexandre Lancastrre os Engenheiros Botelho de Sousa e Oliveira Marques e o Dr. José

CRÓNICA DA CAPITAL COMO TEM EVOLUÍDO A REGIONALIZAÇÃO

Para que uma Nação, possa dispor, livremente, dos seus destinos, é indispensável, que o seu Povo, posua uma formação e uma capacidade, a qual, sendo adquirida, através de um labor e de uma cultura, tenha como base principal, engrandecê-la. Eis, o que a nossa Gente, ao longo de séculos, vem procurando alcançar, através de um ensino ministrado e de uma produtividade, para assim, dignificar, o nosso País; engrandecer, as nossas regiões e proporcionar às nossas populações, o bem estar social. Também no momento, constitui, uma base indispensável, a descentralização e a regionalização, em prol, dos cidadãos, bem como, das cidades, vilas e aldeias.

Caro leitor: Falando-lhe, agora, acerca da primitiva regionalização e

da sua evolução, desde o princípio da Nacionalidade, temos a dizer, que sendo as parcelas equivalentes a Distritos governadas por um Corregedor, tinha esta Entidade, um poder absoluto, quer no aspecto político e administrativo, quer no da promulgação de legislações ou no aspecto regional.

Ora, após a afirmação do "Liberalismo", em Portugal, todos estes poderes, na sua maioria, deixaram, de ser locais, passando, automaticamente, para o Poder Central motivo por que, nos últimos tempos, a maioria se encontrava concentrada no Terreiro do Paço, em Lisboa. Digno é, ainda, de se realçar que, em 1926, após a entrada do regime do Estado Novo, que foi deposto em Abril de 1974, procedeu de novo o falecido Dr. Jaime Lopes Dias a uma reforma administrativa e considerou que os Distritos, no aspecto político ou administrativo, deveriam, sempre, ser orientados, sob a chefia, de um Chefe de Distrito ou Governador Civil, subordinado ao Governo Central. Criaram-se, mais tarde, novas Províncias e Distritos, com estruturas diferentes, nalguns aspectos, passando assim a designar-se as Províncias: Minho, Douro, Alto Douro, Trás-os-Montes, Beira Litoral, Beira Alta, Beira Baixa, Estremadura, Ribatejo, Alto Alentejo, Baixo Alentejo e Algarve. Então o Jurista e Reitor da Faculdade de Direito, Dr. Marcello José das Neves Alves Caetano, como Professor de Direito Administrativo e Deputado na ex-Assembleia Nacional, foi de critério que deveriam manter-se os Distritos, sob a orientação de um Governador Civil, tendo este, como base, orientar os sistemas políticos e administrativos. E, tal como anteriormente, deveria fazê-lo sempre sob orientação do Governo Central. Porém, após a deposição do regime, em 24 de Abril de 1974, tendo sido, também, feita a descolonização, após esta concluí-

da, de novo se reconheceu que a descentralização e a regionalização, geograficamente, constituíam uma gran de evolução para o país, pelo que concedendo-se aos Arquipélagos dos Açores e da Madeira uma autonomia — constitui, desde logo, um grande avanço, neste aspecto.

¿Mas o que é a descentralização e o processo de regionalização?

Em si, é a criação de regiões administrativas (destinadas a constituir autarquias locais de nível regional), que se enquadram, necessariamente, num processo de descentralização de poderes do Estado, em órgãos autárquicos. Portanto, trata-se da institucionalização de entidades autárquicas, dotadas de funções que resultem de uma reafectação de competências, até aqui desenvolvidas pela Administração Central, sendo, assim, um processo diferente, daquele que diz respeito à criação de regiões -plano ou de regiões autónomas.

Porém, no que diz respeito à descentralização, em termos regionais, consiste esta, apenas, numa transferência de poderes, na via descendente, mas também, na possibilidade da participação de regiões, nas decisões nacionais por uma via ascendente.

Disto se conclui que a descentralização se caracteriza pela reafectação de funções e meios de execução das mesmas a favor das regiões, permitindo esta reafectação:

(A) Regiões — onde enquadra meios autónomos que, por falta de espaço, não narro nesta crónica.

(B) Estado — Em si, diminui e simplifica o carácter executivo, ao mesmo tempo, que esforços para outras acções, de carácter normativo ou de natureza, essencialmente central.

Albino Dias Pereira de Oliveira

Barludas, este do sector de promoção do Banco. Presente esteve também o Dr. Fernando Nascimento, Director Regional do S.I.F.A.D.A. P.E. nas Beiras.

A Agência do Banco Espírito Santo em Figueiró dos Vinhos, no intuito de contribuir para um melhor aproveitamento das potencialidades económico-agrícolas da nossa região, dispõe de funcionários habilitados a esclarecerem os agricultores de todas as diligências que são indispensáveis à obtenção de créditos com juros bonificados.

Neste país em que o aumento da produção constitui, talvez, a única saída da crise económica em que nos encontramos, não devem os empresários agrícolas desperdiçar esta oportunidade que lhes é oferecida para modernizarem as suas estruturas para num futuro que esperamos seja próximo poderem competir com os seus parceiros do Mercado Comum Europeu.

A agricultura nacional terá em breve que enfrentar uma luta que só pode ser de vida e não de morte, se os mais directamente interessados não cruzarem os braços.

Fernando Pires

CARREGAL FUNDEIRO

NASCIMENTO

No dia 1 do corrente mês de Agosto, nasceu neste lugar de Carregal Fundeiro uma criança do sexo masculino a quem foi posto o nome Ricardo Jorge.

É filho de Augusto Pires e de Daelina da Silva Martins Pires, que residem habitualmente no lugar de Moredos, desde concelho e a quem felicitamos vivamente por este feliz acontecimento, desejando ao mesmo tempo as maiores prosperidades ao Ricardo Jorge.

VILA

BAPTIZADO

No dia 23 do passado mês de Julho celebrou-se, na Igreja Matriz de Castanheira de Pêra, o baptizado da menina Margarida Cortez Mequita, de que foi oficiante o Rev. Padre António Pedro dos Santos amigo da família da neófito e que presidiu já ao casamento dos Paes da menina que agora se baptizou.

A Margarida é filha do Dr. Alberto Godinho Cordeiro Mesquita médico e da Dra. D. Maria Teres Marques Baeta Cortez Mesquita docente universitária na Universidade de Aveiro. É neta paterna de Dr. Carlos Alberto Cordeiro Mesquita e de D. Lucília Maria Torres Godinho Mesquita e são seus avós maternos o ilustre médico nesta localidade Dr. Delmino Baeta Cortez e sua Ex.ma Esposa Dra. D. Maria Helena Bizarro Lopes Cortez, residentes nesta vila.

Apresentaram o acto o dr. João António Herdeiro Cortez, solteiro residente em Lisboa e a Dra. D. Maria Margarida Godinho Cordeiro Mesquita Palha, casada, também residente na capital.

Após a celebração, foi servido aos presentes, todos da família, um fino copo de água em casa dos avós maternos da Margarida. A Margarida, cujos pais quiseram que se fizesse cristã na nossa terra, aos seus Pais e Avós deseja o Jornal de Castanheira de Pêra as melhores Bênçãos de Deus como penhor de todas as prosperidades.

Indústria e Comércio — de Madeiras — Telefone 036-4 54 95

SERRAÇÃO PEDROGUENSE, LDA.

Madeiras em Tosco, Aparelhadas, Tacos, Caixotaria Lenhas e Materiais de construção Agentes da CIMPOR, Cimentos de Portugal, EP

MÓ PEQUENA 3270 PEDRÓGÃO GRANDE

FALTA DE ESPAÇO

Não publicamos neste número a notícia da inauguração do Campo de Jogos na Gestosa e do Festival de Folclore ali realizado.

Esperamos fazê-lo no próximo número.

AMÍLCAR SANDINHA

Advogado Arganil — Lousã

Telefs. Escrit. 99 172 Resid. 99 436

As Sextas-feiras em Castanheira de Pêra Telef. 44373

AUTOMÓVEIS DE ALUGUER

PRAÇA VISCONDE DE CASTANHEIRA DE PÊRA

PROPRIETÁRIOS

TELEFONES

ANTÓNIO REDONDO DA COSTA	Praça — 44358 Res. — 44358-E
ANTÓNIO DA SILVA CAETANO	Praça — 44241 Res. —
ISALTINO DA CONCEIÇÃO	Praça — 44492 Res. — 44371
JOSÉ ALVES HENRIQUES EIRAS	Praça — 44241 Res. —
JOSÉ DAS NEVES BERNARDO	Praça — 44241 Res. —
MANUEL ALMEIDA NEVES	Praça — 44154 Res. — 44333
MANUEL SIMÕES	Praça — 44154 Res. — 44323

SERVIÇO PERMANENTE PARA O PAÍS E ESTRANGEIRO

AUTOMÓVEIS

Deseja comprar, vender ou trocar o seu Automóvel ou Furgonete a gasolina ou a gasoil?

CONSULTE

AUTO PONTE DE ARROIOS, LDA.

DE MANUEL TOMAZ & FILHOS

Rua de Arroios, 152-A
Telefones 401 85 e 538034
1100 LISBOA

MÓVEIS COSTA

A MAIOR ORGANIZAÇÃO NO GÉNERO DO CONCELHO E DA COMARCA

MOBILIÁRIO MODERNO E DE ESTILO • ESTOFOS • ALCATIFAS • TELAS • FRIGORÍFICOS • T. V. • MÁQUINAS DE LAVAR

ARMAZÉM N.º 1 - MOREDOS
SEDE E ARMAZÉM N.º 2
AVENIDA DE S. DOMINGOS
(FRENTE AO HOSPITAL)

UM GERENTE

José da Silva Costa

TELEFONE 44152 3280 CASTANHEIRA DE PÊRA

PISÕES-e os sonhos dos PISOENSES

Domingos Costa

Temos um abrigo na paragem da Carreira (a expensas da Câmara Municipal).

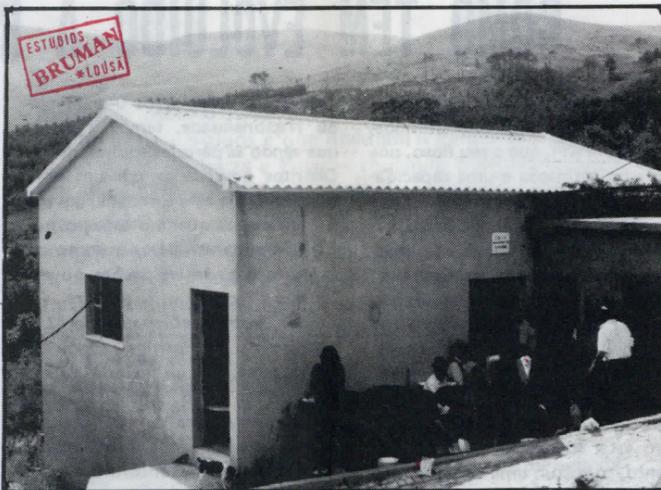
ESPERAMOS: o calçamento do Caminho do Moinho, que é comunitário, onde a maioria, têm, uma noite ou um dia para ir moer o seu milho para fazer a Broa.

ESPERAMOS: um amigo que nos ofereça um terreno com uma carvalha que dê sombra para nele construirmos um parque de merendas. (À tantas Carvalhas nos Pisões...).

ESPERAMOS: Ver da parte da Hidráulica, ou de quem de Direito, a reparação do açude que dá para o poço do Eucalipto, que no Verão é concorrido por gente não só dos Pisões mas também dos lugares vizinhos.

Em tempos falou-se numa estrada que ligaria à estrada do Camelo, — Bolo do sítio dos Pardieiros para o Coentral com passagem pelos Pisões. Seria só Briancadeira?

Consta também que existe uma



SEDE DE CONVÍVIO

verba dos Baldios para ser distribuída pelos compartes. Que alguns já pensam ser para a levada de Rega que se prolonga até Pêra.

Será que os Beneficiários dessa Água que são de diversos lugares, estarão na disposição de gastar a sua parte das compartes como estes Piseenses?

ESTÃO de Parabéns todos os sonhadores pelo que já conseguiram e pelo que esperam alcançar (quem espera sempre Alcança).

Deixam aqui os Piseenses o seu muito obrigado às Autarquias Locais e a todos que não sendo desta terra, que para ela têm contribuído.

SALVEMOS A SAÚDE

Sou um homem de cidade. Nunca vi nenhuma gralha, não me refiro a certas mulheres, é óbvio, falo do passaruco que, aproveitando a nossa distração, poisa nas laudas e, com as patinhas, põe umas letras, safa outras, às vezes uma linha inteira; e foi o caso.

No meu artigo de 31 de Março andou gralha logo na entrada e lá mais para o fim. Desculpem. Vamos corrigir:

"De grandes ceias
estão As campAs cheiAs"

"A saliva... age como fermento
predisponDo etc."

Vamos hoje abordar um tema que, pela acuidade da sua actualidade subiu ao podium da Comunicação Social. Falo da SIDA.

É uma doença que atinge certos estratos das populações de relacionamento muito estreito, íntimo e promíscuo.

A alta gravidade deste síndrome consiste em destruir as defesas orgânicas do homem provocando fran-

ca e fácil receptividade a agentes causadores de várias doenças infecciosas, algumas delas que, sendo benignas, pela referida deficiência orgânica podem ser mortais.

Alegremo-nos, porém.

Com efeito, recebemos notícias muito recentes, ainda lacónicas, que nos dizem já ter sido descoberto e isolado um vírus, tido como o provável causador ou causal da SIDA.

Agora, daqui para a frente, é a continuação de todo um trabalho febril na preparação dos testes, sua avaliação, ensaios aureolados de esperança, alegrias, vitórias, logros, desânimos, novas pesquisas, renovados testes desprezados a seguir e a seguir retomados, enfim, todo o cortejo normal que são as investigações a partir do zero.

Mas, apesar de tudo, é aliciante e empolgante.

Esta doença — este malfeitor — à semelhança de muitas outras, também será dominada.

Confiemos, pois, na Investigação e na Ciência.

Oliveira Branco

BANDA FILARMÓNICA DO ESPINHAL

Com grande sucesso, actuou no Coentral, no dia 15 de Agosto esta Banda centenária.

Durante o agradável convívio que esta festa proporcionou, surgiu a ideia de, quando for a inaugura-

ção oficial da estrada que liga Castanheira de Pêra ao Espinhal, se fazer deslocar a Castanheira de Pêra esta Banda enquanto o Espinhal seria visitado pelo Rancho Foldórico Neveiros do Coentral.

PRAIAS

Mar, que na areia, também, se estende,
Sol, que no mar, também, se banha,
Laço de união, que bem se entende,
Aroma, som e cor, que, também, os acompanha.

Lugar aonde o sol tem mais fulgor,
Ambiente de repouso e folgança, que nos convida
A iodar, a renovar, a ganhar côr,
A consumir tempo, não a vida

Alegria e pranto, fausto e infausto,
Estranha ambivalência se lhes deve,
Quando se transforma em mal, um bem de tanto gosto,
Quando o atrevimento, por demais se atreve

Braços em abraços, desafios ao impudor,
Insultos à luz, da luz, mais preciosa,
Promiscuidade, desordenação de amor,
Figuras provocantes, desnudas, lastimosas

E a praia sempre tão amiga do homem...
E o homem não tem, por ela, o cuidado que merece,
E a praia fica ofendida pelos danos que a consomem
Quando o homem, sem cuidados, simples cuidados esquece.

Porém, neste meu ambivalente raciocínio,
Em reverência às Praias me indino!

(Zilda Candeias Varandas)
Julho/1983

DIÁLOGO DE SURDOS

Essencial a essa conversação a que chamamos diálogo e supõe pluralidade de intervenientes, é o respeito pelas opiniões alheias. Mas, como "os olhos vêm pelo coração" (Vieira), quando em causa a diversidade de opinativo (um direito comum mas nunca face à verdade clara e manifesta), não raro descamba em discussão. Desta, segundo a filosofia, por vezes, em lugar da luz, sai fúscula.

Já é de antigamente que a verdade, sempre esplêndida quando se manifesta, quando se descobre, é terrível quando nos descobre. Neste plano, todas as vezes que se chéque a acordo (que de engano não escapa), o diálogo ainda pode vir a dar negócio ainda que escuros uma espécie de "do mal o menos".

Mas, logo que, nesse encontro e permuta, se intromete um teimoso (não há um sem dois), é a negação da convergência que, pelo jogo de interesses opostos, demuda intransigência. Mas o espelho que nos revela a nós é o outro com o qual nos devíamos harmonizar.

Aqui, ao eco de "amigos, amigos, negócios à parte", oponho eu o "aqui é que a porca torce o rabo", que é como quem diz: "dize tu, direi eu" — ataque e defesa, sem que ninguém consiga descobrir, por entre as motivações individuais, o ângulo de visão parcial aceitável, o seu quê da razão de cada qual.

E lá se foi o diálogo. Fincado na intolerância, incompreensão e não sei que mais, nessa altura, é já ban-carrota fraudolenta, a desavença, deixando todos de candeias às aves-sas, se é que se não chega a vias de facto.

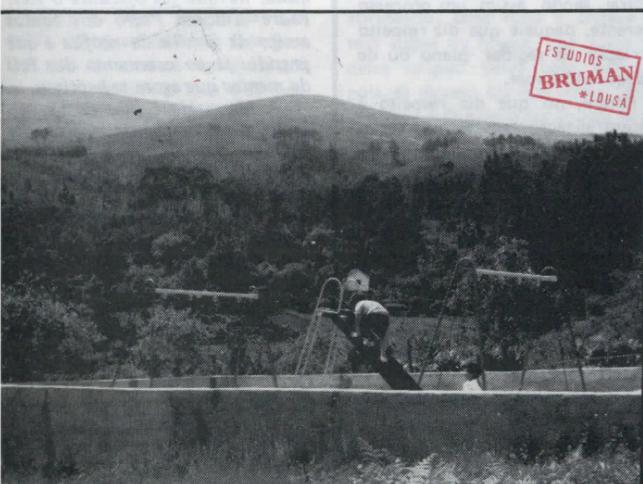
Amigos, diálogo construtivo, eficaz, só no meu espírito, a boa fé, ir-mãzinha da sinceridade que não atropela direitos, aceitando deveres. Pelo gozo incontido, esta sociedade de consumo está a consumir-nos.

Entretanto, vimos a concluir que, sem que se tenha bulido com a verdadeira escala de valores, foi o ridículo de uma barulheira dos demónios e, em lugar da luz que poderia ter-se feito, todos, em brasa, "vão chegando a brasa à sua sardinha", não se lhes dando de destruir as relações humanas.

Meu caro, responsabilidade é sinal de liberdade que nada tem de libertinagem, tensões, ou divisões em família, na sociedade...

Por culpa de todos e de ninguém enquanto se procura a raiz dos males, foi o insucesso, a crise que remonta ao pai Adão que perdeu o paraíso ao cravar os dentes no fruto. De sorte que, nada esclarecendo cada qual ficou na sua, continuaram e se agravaram as tensões até à violência, que já nem mascarada se apresenta...

P.A.L.



PARQUE INFANTIL

CORPOS GERENTES DO CENTRO RECREATIVO E CONVÍVIO DOS PISÕES

ELEITOS EM AGOSTO DE 1982
ATÉ AGOSTO DE 1984
ASSEMBLEIA GERAL

Presidente — Joaquim Simões
Vice-Presidente — Manuel Ventura
1.º Secret. — Fabião Amaro das Neves.
2.º Secretário — José Antunes Ventura

Tesoureiro — Victor M. Antunes Ventura
2.º Vogal — António Antunes Ventura

SUPLENTES (à direcção)
Manuel Pereira
Fernanda Isabel Costa

CONSELHO FISCAL

Presidente — Cipriano José Rodrigues.
Secretário — Henrique José Alves
Relator — Ernesto Joaquim Pires

SUPLENTE (do conselho Fiscal)
Juvenal Antunes Ventura

DIRECÇÃO

Presidente — Sebastião Fernandes Lopes
Vice-Presidente — José "Cardano"
1.º Secretário — Domingos Costa
2.º Secretário — Abílio Fernandes Lopes

FIANDEIRA CASTANHEIRENSE

INDÚSTRIA TÊXTIL, LDA.

IMPORTAÇÃO

EXPORTAÇÃO

TELEFONES 4 41 01 e 4 44 79

FÁBRICA DE PENTEÇÃO E FIAÇÃO DE LÃS E FIBRAS

3280 CASTANHEIRA DE PÊRA (PORTUGAL)

TELEX 14686 FISCAL P

